

ATA DA REUNIÃO NÚMERO 24/13 DO EXECUTIVO

REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2013

----- Aos dezanove dias do mês de novembro de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se uma reunião da Câmara Municipal, sob a presidência de JORGE HENRIQUE FERNANDES DE ALMEIDA, e com a presença dos Srs. Vereadores ELSA MARGARIDA DE MELO CORGA, LUÍS MIGUEL MARQUES VIDAL DE OLIVEIRA, JOÃO CARLOS GOMES CLEMENTE e EDSON CARLOS VIEGAS SANTOS.-----

----- Esteve presente para a secretariar, ANA CRISTINA MARTINS TOMÁS.-----

----- Eram nove horas e trinta minutos quando o Sr. Vice-Presidente declarou aberta a reunião não estando, ainda, presente a Sr.^a Vereadora Elsa Corga.-----

----- **FALTAS** – Foi deliberado, por unanimidade, justificar a falta do Sr. Presidente que se encontra fora do Concelho em representação do Município, devido a um convite do Banco Mundial para participar na *Conferência Citisense*, enquadrada no *Smart City Expoworld Congress*, que decorre em Barcelona, e da Sra. Vereadora Paula Cardoso que se encontra em representação da Assembleia da República nos Estados Unidos. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- INFORMAÇÕES A PRESTAR PELO SR. VICE-PRESIDENTE E SRS. VEREADORES -----

----- Neste ponto da Ordem do Dia, principiou por usar da palavra o Sr. Vereador Miguel Oliveira para perguntar como decorreu a reunião tida com os responsáveis da REFER e da CP, e os dirigentes sindicais do setor dos transportes, para tratar de questões relacionados com o futuro da Linha do Vale do Vouga. -----

----- O Sr. Vice-Presidente informou que, nessa reunião, foi confirmado que o Plano Estratégico de Transportes apontava o encerramento da linha e por isso a REFER não previu a sua manutenção, o que causa preocupação. Considerados os investimentos feitos pela REFER com o suprimento e automatização de passagens de nível, estranha, também, que não se tenha acautelado o melhoramento e manutenção da linha, facto que levou às medidas tomadas de redução de velocidade para 10 km/h entre Espinho e Sernada e 20 km/h entre Sernada e Águeda, e que tem alterado todos os horários com os consequentes inconvenientes para os utentes. -----

----- Informou, também o Sr. Vice-Presidente, que foi criado um grupo de trabalho para analisar a questão e que, embora não existam grandes expetativas, porque o

grupo é constituído apenas com elementos da REFER e da CP, aguardam-se as suas conclusões para tomar as decisões que se julgarem adequadas. -----

----- Retomando o uso da palavra, o Sr. Vereador Miguel Oliveira perguntou quem é que, presentemente, está a explorar os bares do largo 1º de Maio, porque lhe chegou a informação de que os mesmos tinham sido trespassados. -----

----- O Sr. Vereador Edson Santos comunicou que não foi apresentado qualquer pedido nesse sentido e que os titulares da exploração são os mesmos a quem foi adjudicada. -----

-----ATA DA REUNIÃO ANTERIOR -----

----- Continuando os trabalhos, foi aprovada por unanimidade a ata da reunião anterior, tendo-se dispensada a sua leitura, uma vez que foi disponibilizada aos Srs. Membros do Executivo, juntamente com a documentação referente a esta reunião. -----

----- De seguida, passou-se à análise e apreciação dos demais assuntos da Ordem do Dia, encontrando-se todos os documentos de suporte infra referidos, arquivados na Aplicação Informática, junto à Agenda da presente reunião. -----

-----PATRIMÓNIO -----

----- CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES AGRUPAMENTO 1102 SANTO ANDRÉ DE BARRÔ -----

----- A seguir, a Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com o disposto na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o quadro de competências das autarquias locais no que se refere ao apoio de "*atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município*", aprovar o Protocolo que foi presente e se encontra arquivado na Aplicação Informática junto à Agenda desta reunião, que formaliza as condições de cedência, ao Agrupamento 1102, Santo André de Barrô, dos direitos de utilização das instalações do jardim-de-infância de Barrô sito na Rua da Póvoa, em Barrô, cujo proprietário é o Município de Águeda (proposta 538/13). -----

-----ANULAÇÃO DE CLÁUSULA DE REVERSÃO DOAÇÃO AO CENTRO SOCIAL DE AGADÃO -----

-----Continuando os trabalhos, tendo em vista que o edifício do Centro Social de Agadão já se encontra em fase de construção, reconhecendo-se a dificuldade que a cláusula de reversão está a provocar junto das entidades bancárias a quem a Associação recorreu para obtenção de empréstimo, e porque não se considera necessária a sua manutenção, face à finalidade que levou à sua determinação e ao interesse público do normal andamento da empreitada, a Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Miguel Oliveira, proceder à revogação da

cláusula de reversão, inserta na escritura de doação do prédio à referida Associação, celebrada em 11/09/2007 entre o Centro Social de Agadão e a Câmara Municipal de Águeda (proposta 550/13). -----

----- ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO QUIOSQUE PRAÇA DR. ANTÓNIO BREDA -----

-----Na continuação dos trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente, datado de 25 de outubro último, através do qual aprovou a caducidade da adjudicação da proposta apresentada pelo concorrente classificado em 1.º lugar, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, e procedeu à adjudicação da proposta classificada em 2.º lugar, conforme proposta do respetivo júri e autorizou a adjudicação da “Atribuição do Direito de Exploração do Quiosque da Praça Dr. António Breda, em Águeda” à Senhora Elsa Dolores Valente Ferraz de Almeida, e, ainda, o despacho em 2 de novembro corrente, que aprovou a minuta do respetivo contrato (proposta 552/13). -----

----- COLOCAÇÃO DE TENDA EM ESPLANADAS BARES LARGO 1º DE MAIO ---

----- Presentes, a seguir, os requerimentos em que os titulares do direito de exploração dos bares do largo 1.º de Maio, solicitam autorização à Autarquia para a colocação de tenda amovível nos bares Ducati Lounge e Talábriga. -----

----- Analisados os processos, a Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Miguel Oliveira, aprovar o requerido, nos termos da proposta que foi presente, considerando que o espaço interior dos referidos bares têm uma lotação extremamente reduzida e com a chegada do Inverno, a esplanada torna-se ventosa e fria, sendo a zona envolvente muito húmida (proposta 572/13). -----

-----O Sr. Vereador Miguel Oliveira apresentou a seguinte Declaração de Voto de Vencido: -----

-----"Votei vencido a proposta 572/13, porque entendo que esta enferma de insuficiências e contém várias infracções ao Caderno de Encargos, senão mesmo ao princípio da estabilidade dos procedimentos de concurso. Com efeito, para o problema colocado pelos adjudicatários, haverá certamente soluções mais simples e que choquem de forma menos evidente com o Caderno de Encargos do Concurso, devendo também ser salientado que, sendo certo que as condições atmosféricas típicas daquele lugar, à beira rio, tornam a exploração da esplanada impraticável na maior parte das noites de Inverno (como de resto também quando chova, independentemente da estação do ano), as entidades detentoras dos direitos de exploração não podiam deixar de ter disso conhecimento quando se apresentaram a concurso, como sabiam igualmente que a localização dos bares no interior do recinto

dos eventos “AgitÁgueda” e “Festa do Leitão” lhes propiciaria um acréscimo extremamente significativo de clientes e receitas, muito para além do que é de esperar em qualquer outro momento do ano. No que respeita a infracções ao estipulado no Caderno de Encargos, a própria proposta menciona a norma de aplicação específica 1.14 (“Pára-ventos ou estruturas de caixilharia”), que dispõe que “É permitida a colocação de pára-ventos ou outras estruturas, em acrílico...”, sendo a estrutura proposta revestida a “tela M2”. Por outro lado, a falta de rigor dos esboços 3D que acompanham a proposta não impede a verificação de que o “elemento decorativo” interior, identificado como “guarda-chuva”, é na realidade um chapéu-de-sol (como aliás se admite) que viola o estipulado na norma de aplicação específica 1.2, pelo menos no que respeita à cor e ao tipo de fixação, segundo se percebe do dito esboço. Também é de notar que a proposta não vem acompanhada de elementos descritivos minimamente rigorosos da estrutura amovível a implantar, nomeadamente no que respeita à sua fixação, à segurança da estrutura e das pessoas, bem como aos elementos necessários para se aferir com maior rigor o seu impacto estético (área coberta, altura, volumetria, posicionamento, cor da tubagem de armação), que não podem ser considerados irrelevantes. Por outro lado, embora na proposta e na sua fundamentação seja utilizado o plural “tendas” as peças desenhadas mostram uma única tenda, abarcando parcialmente os dois bares, criando um alpendre semi-fechado, o que é proibido pela Norma 1.4. Mesmo que esta solução não fosse explicitamente proibida, ou que não se quisesse considerar o que efectivamente é (um alpendre comum fechado, com a forma de um iglô), a nova estrutura passa a ser o elemento dominante de todo o conjunto, ficando os bares reduzidos a anexos de apoio, solução que distorce claramente o objectivo inicial de ter 2 espaços distintos, na prática criando um único espaço coberto, de grandes dimensões, que o concurso não prevê”. -----

----- ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO -----

----- ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO -----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, a requerimento de Tina Melanie Freitas Vieira, autorizar que o Estabelecimento denominado “Jotta’s Bar”, sito na rua do Garrido, Freguesia de Aguada de Cima, alargue o seu horário de funcionamento, para encerrar às 4h, às sextas-feiras, sábados e vésperas de feriado, na condição do requerente fundamentar as razões da pretensão (proposta 539/13). -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, também por unanimidade, autorizar o estabelecimento denominado “Novo Espaço” sito na rua do Sobreiro-Póvoa da

Carvalha, Freguesia de Recardães e Espinhel, a alterar o seu horário de funcionamento, para encerrar às 4h, à sexta-feira e sábado, na condição do requerente fundamentar as razões da pretensão (proposta 540/13). -----

ASSOCIAÇÕES DIVERSAS -----

----- FÁBRICA DA IGREJA DE AGUADA DE CIMA -----

-----Prosseguindo os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr Vereador João Clemente, datado do dia 1 do corrente mês de novembro, através do qual a Fábrica da Igreja Paroquial de Aguada de Cima, foi isenta do pagamento de taxas da licença para o arraial, da licença especial de ruído da festa e do lançamento de foguetes referentes aos festejos em honra de S. Martinho, levados a efeito nos dias 9, 10 e 11 de novembro, no lugar de S. Martinho, freguesia de Aguada de Cima (proposta 541/13). -----

-----PROJETO “100 (DES)EMPREGADOS” -----

-----Analisadas as candidaturas apresentadas, na sequência do convite efetuado pela Câmara às associações e coletividades do Concelho, com vista à participação no Projeto “100 (DES)Empregados”, que se destina a integrar pessoas em situação de desemprego, residentes no concelho, cujo perfil se enquadra numa das medidas de apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional IEFP), a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir, a cada uma das entidades candidatas, o apoio financeiro que se menciona na tabela que foi presente e se encontra arquivada na Aplicação Informática, junto à Agenda desta Reunião, para pagamentos do período até 31 de Dezembro de 2013 (proposta 565/13). -----

----- AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS -----

----- APROVAÇÃO DE PROPOSTA ADMITIDAS E ADJUDICAÇÃO -----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar todas a propostas admitidas ao concurso para Aquisição de serviços de fornecimento de energia elétrica a 322 (trezentas e vinte e duas) instalações de alimentação à Iluminação Pública de todo Município de Águeda e sua ordenação, nos termos do Relatório Final, datado de 2013/10/16 (Ata do Júri n.º 5), que foi presente e se encontra arquivado na Aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião, bem como adjudicar o serviço ao concorrente GALP POWER, S.A., pelos valores unitários indicados na respetiva proposta, crescidos de IVA à taxa legal em vigor (proposta 542/13). -----

----- Por motivos que justificou, a Sr.ª Vereadora Elsa Corga só neste momento deu entrada na sala de reuniões. -----

-----PARECER PRÉVIO VINCULATIVO -----

----- Analisados cada um dos processos que foram presentes e se arquivam na Aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião, a Câmara deliberou aprovar as propostas que a seguir se transcrevem parcialmente e conceder parecer prévio vinculativo para as diversas contratações: -----

----- Patrocínio jurídico, apoio e assessoria jurídica na modalidade de contrato de avença -----

-----"De acordo com a alínea dd) do .º 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e conforme o previsto no artigo 75º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro, no nº 4 do artigo 35º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e no artigo 6º do Decreto-Lei 209/2009, de 3 de setembro, submete-se à consideração do Senhor Presidente, propor ao Executivo Municipal que confira parecer prévio favorável e autorize a celebração de contrato de avença, conforme caderno de encargos em anexo e mediante aplicação de procedimento, por Ajuste Direto, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 27º e no artigo 115º do Código dos Contratos Públicos (CCP), com convite ao Sr. Dr. João Pontes Amaro, advogado" (proposta 540/13) . ----

----- Esta deliberação foi aprovada por unanimidade. -----

----- Verificação e execução de melhorias das condições térmicas de acesso aos balneários, de acesso ao tanque de aprendizagem e da estanquicidade do tanque desportivo das piscinas municipais -----

-----"Conforme o previsto no artigo 75º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro, que estabelece o Orçamento de Estado para 2013, do artigo 69º do Decreto-Lei 29-A/2011, de 1 de março, propõe-se ao Executivo Municipal que confira parecer prévio favorável e autorize, em conformidade com o previsto no artigo 18º do Decreto-Lei 197/99 de 8 de junho, e para os efeitos previstos no artigo 38.º do Código dos Contratos Públicos, a contratação da prestação de serviços, nos termos e condições da presente Proposta e Caderno de Encargos, em anexo, mediante aplicação de procedimento por Ajuste Direto, de acordo com o previsto na alínea b) n.º 1 art. 24º do CCP, e designada por aquisição de serviços para verificação e execução de melhorias das condições térmicas dos corredores de acesso aos balneários, de acesso ao tanque de aprendizagem e da estanquicidade do tanque desportivo das Piscinas Municipais de Águeda com consulta à empresa António Rodrigues & Costa Lda, sendo que o preço base para a presente aquisição de serviços é de 21.950,00€ (vinte e um mil novecentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor" (proposta 549/13). -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

----- Serviço suplementar de vigilância e segurança no âmbito do evento anual -----

AgitÁgueda 2013-----

-----"Conforme o previsto no artigo 75º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro, que estabelece o Orçamento de Estado para 2013, do artigo 69º do Decreto-Lei 29-A/2011, de 1 de março, propõe-se ao Executivo Municipal que confira parecer prévio favorável e autorize, em conformidade com o previsto no artigo 18º do Decreto-Lei 197/99 de 8 de junho, e para os efeitos previstos no artigo 38.º do Código dos Contratos Públicos, a contratação da prestação de serviços, nos termos e condições da presente Proposta e Caderno de Encargos, em anexo, mediante aplicação de procedimento por Ajuste Direto, a decorrer por transmissão escrita e eletrónica de dados, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20º, conjugado com a alínea g) do n.º 1 do artigo 115.º do referido Código designado por aquisição de serviço suplementar de vigilância e segurança no âmbito do evento anual AgitÁgueda – 2013" (proposta 551/13). -----

----- Aprovado por maioria com a abstenção do Sr. Vereador Miguel Oliveira. -----

Projeto de equitação terapêutica -----

----- "Conforme previsto no artigo referido artigo, e no artigo n.º 69 do Decreto-Lei n.º 29 – A / 2011, de 1 de março, propõe-se ao Executivo Municipal que confira parecer prévio favorável e autorize, em conformidade com o previsto no artigo n.º 18 do Decreto- Lei n.º 197 / 99, de 8 de junho, e para os efeitos previstos no artigo n.º 38 do Código dos Contratos Públicos (CCP), para contratação de prestação de serviços, mediante a aplicação de procedimento por Ajuste Direto Simplificado, previsto no artigo n.º 128 do Código dos Contratos Públicos (CCP), a efetuar à Quinta da Gandarinha, na pessoa do Sr. Carlos Alberto da Silva Abreu, com o Número de Identificação Fiscal 186 585 659, para a realização do Projeto de Equitação Terapêutica pelo valor de 750,00€ + IVA" (proposta 557/13). -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

Transporte para a Quinta da Gandarinha -----

-----"Conforme previsto no artigo referido artigo, e no artigo n.º 69 do Decreto-Lei n.º 29 – A / 2011, de 1 de março, propõe-se ao Executivo Municipal que confira parecer prévio favorável e autorize, em conformidade com o previsto no artigo n.º 18 do Decreto- Lei n.º 197 / 99, de 8 de junho, e para os efeitos previstos no artigo n.º 38 do Código dos Contratos Públicos (CCP), para contratação de prestação de serviços, mediante a aplicação de procedimento por Ajuste Direto Simplificado, previsto no artigo n.º 128 do Código dos Contratos Públicos (CCP), a efetuar à CERCIAAG, com o Número de Identificação Fiscal 500 697 833, para a realização de transporte para a Quinta da Gandarinha no âmbito do Projeto de Equitação Terapêutica pelo valor de

375€, isento de IVA” (proposta 558/13). -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

----- Utilização da Sala Snoozelan -----

-----”Conforme previsto no artigo referido artigo, e no artigo n.º 69 do Decreto-Lei n.º 29 – A / 2011, de 1 de março, propõe-se ao Executivo Municipal que confira parecer prévio favorável e autorize, em conformidade com o previsto no artigo n.º 18 do Decreto- Lei n.º 197 / 99, de 8 de junho, e para os efeitos previstos no artigo n.º 38 do Código dos Contratos Públicos (CCP), para contratação de prestação de serviços, mediante a aplicação de procedimento por Ajuste Direto Simplificado, previsto no artigo n.º 128 do Código dos Contratos Públicos (CCP), à CERCIAG, com o Número de Identificação Fiscal 500 697 833, para a utilização da Sala Snoozelan, pelo valor de 750,00€ + IVA” (proposta 559/13). -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

----- Proposta aquisição seguros -----

-----”Conforme o previsto no artigo 75º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro, que estabelece o Orçamento de Estado para 2013, do artigo 69º do Decreto-Lei 29-A/2011, de 1 de março, propõe-se ao Executivo Municipal que confira parecer prévio favorável e autorize, em conformidade com o previsto na alínea dd) do n.º 1 do artigo 33.º da lei 75/2013 de 12 de setembro, e no artigo 18º do Decreto-Lei 197/99 de 8 de junho, para os efeitos previstos no artigo 38.º do Código dos Contratos Públicos, a contratação da prestação de serviços, nos termos e condições da presente Proposta e Caderno de Encargos, em anexo, designada por Prestação de Serviços de seguros, através da contratação de diversas apólices de seguros, mediante aplicação de um procedimento por Concurso Público com Publicidade Internacional, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos” (proposta 560/13). -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

-----”Conforme previsto no artigo referido artigo, e no artigo n.º 69 do Decreto-Lei n.º 29 – A / 2011, de 1 de março, propõe-se ao Executivo Municipal que confira parecer prévio favorável e autorize, em conformidade com o previsto no artigo n.º 18 do Decreto- Lei n.º 197 / 99, de 8 de junho, e para os efeitos previstos no artigo n.º 38 do Código dos Contratos Públicos (CCP), para contratação de prestação de serviços, mediante a aplicação de procedimento por Ajuste Direto Simplificado, previsto no artigo n.º 128 do Código dos Contratos Públicos (CCP), à CERCIAG, com o Número de Identificação Fiscal 500 697 833, para a utilização da Sala Snoozelan, pelo valor de 750,00€ + IVA (proposta 559/13). -----

--- Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

----- Proposta aquisição seguros -----

-----"Conforme o previsto no artigo 75º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro, que estabelece o Orçamento de Estado para 2013, do artigo 69º do Decreto-Lei 29-A/2011, de 1 de março, propõe-se ao Executivo Municipal que confira parecer prévio favorável e autorize, em conformidade com o previsto na alínea dd) do n.º 1 do artigo 33.º da lei 75/2013 de 12 de setembro, e no artigo 18º do Decreto-Lei 197/99 de 8 de junho, para os efeitos previstos no artigo 38.º do Código dos Contratos Públicos, a contratação da prestação de serviços, nos termos e condições da presente Proposta e Caderno de Encargos, em anexo, designada por Prestação de Serviços de seguros, através da contratação de diversas apólices de seguros, mediante aplicação de um procedimento por Concurso Público com Publicidade Internacional, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos" (proposta 560/13). -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

----- Aquisição de serviço de seguro de acidentes pessoais para o programa "Juventude Ativa" -----

-----"Conforme o previsto no artigo 75º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro, que estabelece o Orçamento de Estado para 2013, do artigo 69º do Decreto-Lei 29-A/2011, de 1 de março, propõe-se ao Executivo Municipal que confira parecer prévio favorável e autorize, em conformidade com o previsto no artigo n.º 18 do Decreto- Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e para os efeitos previstos no artigo n.º 38 do Código dos Contratos Públicos, a contratação da prestação de serviços para contratação de prestação de serviços, mediante a aplicação de procedimento por Ajuste Direto Simplificado, previsto no artigo n.º 128 do Código dos Contratos Públicos, efetuado à empresa Generalli, pelo valor de 1.700,00 (isento do IVA – art.9, n.º 28 do CIVA), sujeito à aplicação da redução remuneratória, conforme demonstração efetuada na presente proposta "(proposta 561/13). -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

----- AUTORIZAÇÃO DE PARECER GENÉRICO FAVORÁVEL À CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS -----

----- De seguida foi deliberado aprovar a proposta que se transcreve parcialmente: -

----- "De acordo com o previsto no artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, no artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e à semelhança dos critérios propostos na Portaria n.º 16/2013, de 17 de janeiro, propõe-se ao Executivo Municipal que delibere emitir, com efeitos retroativos à data de 21 de outubro de 2013,

parecer genérico favorável à celebração de contratos de aquisição de serviços, desde que não seja ultrapassado o montante anual de €5.000,00 (cinco mil euros), sem IVA, a contratar com a mesma contraparte e o trabalho a executar se enquadre numa das seguintes situações: -----

a) Ações de formação que não ultrapassem cento e trinta e duas horas;-----

b) Aquisições de serviços cuja execução se conclua no prazo de vinte dias a contar da data da notificação da adjudicação. -----

----- Propõe-se ainda, ao Executivo Municipal a emissão de parecer genérico favorável à celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços de manutenção ou assistência a máquinas, equipamentos ou instalações, pelo prazo máximo de um ano e desde que não seja ultrapassado o montante anual de €5.000,00 (sem IVA) a contratar com a mesma contraparte” (proposta 562/13). -----

-----Esta deliberação foi tomada por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Miguel Oliveira, que apresentou a seguinte Declaração de Voto de vencido: -----

-----”Votei vencido a proposta 562/13, por entender que a autorização de parecer genérico favorável não pode ter efeitos retroactivos; que o prazo “até ao final do mês seguinte” mencionado na Portaria n.º 16/2013, de 17 de Janeiro, se refere à comunicação aos membros do Governo dos contratos e das condições referidas nessa mesma portaria, e não à aplicação de uma autorização retroactiva; que a aprovação desta proposta não sana a nulidade dos contratos celebrados ou renovados antes da emissão de um parecer genérico favorável por parte deste executivo; que a fundamentação da proposta pode ferir a validade desta deliberação”.-

----- **EDUCAÇÃO-ESCOLAS** -----

----- SUBSÍDIO PARA PAGAMENTO DE TELEFONES / TAXAS E IMPULSOS 2013/2014 -----

----- Analisada a proposta que foi presente, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir aos Agrupamentos de Escolas do Concelho, as importâncias referentes ao pagamento de taxas de telefone (segundo o critério de € 19,11 para as linhas analógicas durante 12 meses) e impulsos (€ 3,00 por professor durante 11 meses), conforme o mapa que também se arquiva (proposta 553/13). -----

----- APOIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO E TONNERS – 2013/2014 -----

-----Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir aos estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Concelho, o apoio financeiro no valor de € 10.663,39, destinado a participar a aquisição de Material Didático/Pedagógico e Tonners, durante o ano letivo 2013/2014, a conceder nos

termos da proposta que foi presente e se encontra arquivada na aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião (proposta 556/13). -----

-----TRANSFERÊNCIA DE VERBAS DESTINADAS A VISITAS DE ESTUDO - ANO LETIVO 2013/2014 -----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, transferir, para os respetivos estabelecimentos de ensino, o valor total de € 6.135,80 destinado a comparticipar as visitas de estudo das crianças das Escolas Básicas do 1º Ciclo e Jardins de Infância do Concelho – Ano letivo 2013/2014, nos precisos termos da proposta que foi presente e se encontra arquivada na Aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião (proposta 564/13). -----

-----NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES DO EXECUTIVO PARA INTEGRAR A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL -----

----- A seguir, a Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Miguel Oliveira, ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 8 do corrente mês de novembro, através do qual foram nomeados como representantes do executivo camarário para integrar a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Carvoeiro – Vouga, nos termos do disposto nos artigos 8º, 9º, 10º e 16º, dos respetivos Estatutos, os seguintes membros do Executivo: -----

- Senhor Presidente da Câmara - Gil Nadaís Resende da Fonseca; -----
- Senhor Vice-Presidente da Câmara e Vereador - Jorge Henrique Fernandes de Almeida; -----
- Senhor Vereador - Edson Carlos Viegas dos Santos (proposta 569/13). -----

----- O Sr. Vereador Miguel Oliveira apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

----- *"Votei vencido a proposta 569/13 por reprovar politicamente a conduta do Sr. Presidente da Câmara na reunião da Assembleia Municipal de Águeda que aprovou um aditamento ao contrato de concessão do Sistema Regional do Carvoeiro às Águas do Vouga, aditamento esse que, na prática, configura uma extensão, até 2026, de uma concessão que terminaria em 2016, sob pretexto de uma comparticipação dessa empresa no financiamento das obras de expansão do Sistema, quando os municípios que compõem a AMCV tinham capacidade para assegurar esse financiamento e realizar em 2016 um novo concurso, com melhores contrapartidas para os Municípios e melhores condições para os cidadãos, nomeadamente concessionando apenas a operação e a manutenção do sistema e reservando para a AMCV a facturação, expurgando o contrato de cláusulas potencialmente ruinosas e desincentivadoras do uso socialmente responsável da água (designadamente no que respeita a "garantia" de consumos mínimos), ou de expedientes ética e politicamente reprováveis (como o*

perfil do aumento das tarifas, que segue o calendário eleitoral autárquico). Atendendo a isto e às competências da Assembleia Intermunicipal, reaprovo politicamente que o Município de Águeda seja representado na AMCV apenas por elementos eleitos nas listas do Partido Socialista.” -----

----- **PUBLICAÇÕES** -----

----- VENDA DE LIVROS E CD'S -----

----- Continuando a reunião, a Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à venda de exemplares de várias publicações existentes na Câmara, nomeadamente, livros e CD's, que versam sobre o Concelho de Águeda e/ou são da autoria de Aguedenses, aprovando os preços propostos constantes na tabela que foi presente, apenas para a venda ao público (proposta 571/13). -----

----- **OBRAS MUNICIPAIS** -----

----- RECEÇÕES DEFINITIVAS -----

----- Tendo sido vistoriada a totalidade das obras e verificando-se que as mesmas se encontram concluídas e na devida ordem, nenhuma observação havendo a fazer, não apresentando deficiências, indícios de ruína ou falta de solidez, pelas quais se possa responsabilizar as firmas adjudicatárias, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber, definitivamente, as obras a seguir discriminadas e proceder à restituição de todos os depósitos de garantia, garantias bancárias ou quantias retidas como caução e diligenciar a extinção de outras cauções eventualmente existentes: -----

----- Pavimentação em empedrado, do arruamento entre a Igreja e o Cemitério Paroquial, em Macinhata do Vouga (proposta 554/13); -----

----- Repavimentação das ruas: Cabeço Grande, Vale da Eira e Pisão da Forcada em Aguada de Cima (proposta 555/13). -----

----- TRABALHOS A MAIS E TRABALHOS A MENOS -----

----- No prosseguimento dos trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos dos artigos 373.º, 374.º e 379.º do Código dos Contratos Públicos, autorizar sejam realizados, na empreitada de Requalificação da E.B. 2, 3 de Aguada de Cima, adjudicada à empresa CIP Construção, S.A., os seguintes trabalhos: -----

----- Trabalhos a mais a preços contratuais: € 15.369,31; -----

----- Trabalhos a mais a preços de acordo: € 135.330,97; -----

----- Trabalhos a menos: € 287.727,32; -----

----- A estes valores será adicionado o IVA; -----

----- Mais foi deliberado, relativamente a este assunto, autorizar a prorrogação de prazo para a conclusão das obras, por um período de 60 dias, e aprovar os preços unitários dos trabalhos a mais a preços de acordo (proposta 563/13). -----

----- De seguida, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a realização dos trabalhos a mais e a menos, de suprimento de erros e omissões n.º 3, a seguir mencionados, referente à empreitada de “Requalificação da E.B. 2, 3 de Valongo do Vouga”, adjudicada à empresa CIP Construção, S.A., e elaborado nos termos dos artigos 373.º, 374.º e 379.º do Código dos Contratos Públicos: -----

-----Trabalhos a mais a preços contratuais: € 5.806,80; -----

-----Trabalhos a mais a preços de acordo: € 56.089,10; -----

-----Trabalhos a menos: € 113.659,32; -----

----- A estas importâncias será adicionado o IVA. -----

----- Mais foi deliberado, relativamente a este assunto, autorizar a prorrogação de prazo para a conclusão das obras, por um período de 60 dias, e aprovar os preços unitários dos trabalhos a mais a preços de acordo (proposta 568/13). -----

----- **OBRAS PARTICULARES** -----

----- ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS -----

----- Presente, a seguir, um requerimento através do qual o Centro Social de Agadão, com sede no Lugar da Guistolinha, na Freguesia de Agadão, solicita, ao abrigo da alínea a), do n.º.1, do art.º.18/I do Código Regulamentar do Município de Águeda, a isenção do pagamento das taxas, relativamente à substituição do Diretor Técnico da Obra de construção da sede social, sita na referida Freguesia de Agadão. -

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o requerido (proposta 566/13). ---

----- Foi, também, deliberado, por unanimidade, ao abrigo da alínea a), do n.º.1, do art.º.18º/I do Código Regulamentar do Município de Águeda, isentar a Fundação do Comendador António Soares Almeida Roque e Família, com sede na Rua das Escolas, na Freguesia de Aguada de Baixo, do pagamento de todas as taxas referentes ao processo 218/13 de construção de Equipamento destinado à Prestação de Serviços à Comunidade, a erigir na Rua António Silva Brinco, na Freguesia de Águeda (proposta 573/13). -----

----- REDUÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA -----

-----De seguida, foi analisado um requerimento através do qual Andreia Rafaela Simões Ferreira, (Proc.º. 107/13) residente na Rua Dr. Manuel Alegre, na Freguesia de Águeda, solicita, ao abrigo da alínea d), do art. 19º./I, do Código Regulamentar do Município de Águeda, a redução do pagamento das taxas referentes às obras de reconstrução, alteração e ampliação de habitação e construção de anexos e muros, que pretende levar a efeito na Av. Dr. Joaquim de Melo, na Freguesia de Águeda. -----

---A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o requerido (proposta 567/13). -----

----- **COOPERAÇÃO COM PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA** -----

-----PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A CÂMARA DISTRITAL DE MÉ-
ZOCHI -----

-----No prosseguimento dos trabalhos, foi analisado e aprovado, por unanimidade, o protocolo de cooperação a celebrar entre a Câmara Municipal de Águeda e a Câmara Distrital de Mé-Zochi, que foi presente e se encontra arquivado na Aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião, que visa incentivar o desenvolvimento da cooperação internacional, de natureza bilateral, com os países de língua oficial portuguesa, ao nível do conhecimento técnico, das atividades económicas, da realidade cultural e turística, bem como meio para a contínua inovação e qualidade dos serviços, através do intercâmbio de boas práticas o estabelecimento de programas de cooperação tendo em vista o desenvolvimento, assente nos interesses e opções de cada Município, e de acordo com as possibilidades existentes em cada momento, e ainda a promoção de intercâmbios culturais, sociais, educativo, empresariais, ou outros, entre as populações dos dois municípios, através das suas diversas organizações representativas (proposta 570/13). -----

----- Eram doze horas e quinze minutos quando o Sr. Vice-Presidente declarou a reunião encerrada, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu, Ana Cristina Martins Tomás, técnica superior, redigi e subscrevo. -----